

PODER LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Nº 281/2023

AUTORES:PODER EXECUTIVO

EMENTA:

MENSAGEM Nº 51/23 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, AO MUNICÍPIO DE IMBITUVA, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Imbituva, do imóvel que especifica.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Imbituva, do imóvel localizado na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Professor Souza Araújo, Centro, Imbituva, objeto da transcrição das transmissões nº 21.164 do Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, com área de 1.057,50 m².

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei se destina à instalação e funcionamento de serviços públicos municipais e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º São condições impostas ao donatário, cujo descumprimento ensejará o retorno do bem ao patrimônio do doador:

I - o imóvel doado não poderá ter utilização diversa da prevista no art. 2º desta Lei;

II - a instalação e o funcionamento da finalidade a que se refere o art. 2º desta Lei deverão ocorrer no prazo máximo de um ano, contado da data do registro do imóvel;

III - a escritura pública e o registro do bem junto aos respectivos cartórios deverão ocorrer até 31 de dezembro de 2025;

IV - as providências decorrentes de possíveis regularizações cartoriais e tabelionais deverão ser tomadas e custeadas pelo município, que deverá encaminhar cópia da respectiva documentação cartorial à unidade administrativa de gestão do patrimônio imobiliário estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, em até sessenta dias após o registro.

Parágrafo único. Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos nos incisos II e III deste artigo e, em face de circunstâncias que justifiquem a reavaliação dos prazos concedidos, poderá a SEAP, por sua unidade administrativa de gestão do patrimônio imobiliário estadual, prorrogar os prazos previstos.

Art. 4º Deverá ser formalizado Termo de Doação de Imóvel entre doador e donatário contendo as condições previstas nesta Lei.

Art. 5º Com a formalização do respectivo Termo de Doação, o donatário fica

autorizado a ocupar o imóvel objeto da presente doação, onde obriga-se a:

- I** - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;
- II** - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;
- III** - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o bem imóvel sobre sua utilização;
- IV** - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento do Patrimônio do Estado, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 6º Fica a SEAP responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ePROTOCOLO



Documento: **5118.187.8720Doacaodeimovelaomun.delmbituva.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Roberto Massa Junior** em 18/04/2023 10:48.

Inserido ao protocolo **18.187.872-0** por: **Ana Carolina Vidal de Souza** em: 18/04/2023 10:30.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e6cc1260ba66fa5b97ba53b4846b359d.

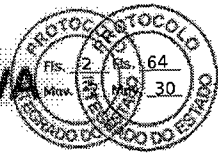


Ofício 419/2021

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

ESTADO DO PARANÁ

Imbituva, 07 de outubro de 2021.



Senhor Governador,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos a presença de V. Ex.^a manifestar o nosso interesse pela doação do imóvel de propriedade do Governo do Estado do Paraná, situado a Rua XV de Novembro nº 60 Centro – Imbituva/PR, objeto da Transcrição nº 21.164 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva.

Este imóvel urbano, com área total de 1.050m² e área edificada de 518,56m², tem as seguintes medidas e confrontações:

Frente: 30 (trinta) metros para a frente da Rua Professor Souza Araújo;

Fundos: 30 (trinta) metros na divisa com imóvel de propriedade de Jair Koefender;

Lateral direita: 35 (trinta e cinco) metros para a frente da Rua XV de Novembro;

Lateral esquerda: 35,5 (trinta e cinco vírgula cinco) metros na divisa com imóvel de propriedade de Luciano Bobato.

Na exposição dos motivos que levam a esse pleito, justificamos que o presente imóvel, que outrora já foi de propriedade do município, foi doado para edificação do antigo Fórum da Comarca de Imbituva (hoje em nova e moderna sede) e nesse o local hoje está instalada a Câmara Municipal de Imbituva, onde é exercido o papel institucional de legislar sobre os assuntos de interesse e competência do município e seus habitantes.

Sem mais e ciente de sua prestigiosa atenção, aproveito a oportunidade para reafirmar meus protestos de estima e consideração.

CELSO

KUBASKI:28586476900

Assinatura de forma digital por CELSO KUBASKI:28586476900
DN: cn=CELSO KUBASKI, ou=Prefeitura, ou=401.000200015,
o=Secretaria de Inovação Política do Brasil - SPB, ou=SPB-CPE,
A:3, serial=16, email=CELSO.KUBASKI@IMBITUVA.PR.GOV.BR
Data: 2021.10.07 16:53:40 -03'00'

CELSO KUBASKI
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado do Paraná

Rua Prof. José Bührer Junior, 462
Tel.: (41) 3436-1233

CEP: 84.430-000
E-mail: prefeitura@imbituva.pr.gov.br

CNPJ 76.175.592/0001-23
www.imbituva.pr.gov.br

Assinatura Qualificada Externa realizada por: Celso Kubaski em 08/10/2021 08:55. Inserido ao protocolo 18.187.872-0 por: Juliane Menom de Barros em: 08/10/2021 14:13. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

Inserido ao protocolo 18.187.872-0 por: Ana Carolina Vidal de Souza em: 18/04/2023 10:31. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: 2b321b9f650d2e27d620f22c90cfa23e.

MENSAGEM Nº 51/2023

Curitiba, data da assinatura digital.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 10, 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submeto à deliberação de Vossas Excelências o texto do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Imbituva, do imóvel situado na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Professor Souza Araújo, Centro - Imbituva, objeto da transcrição das transmissões nº 21.164 do Registro de Imóveis de Imbituva, com área de 1.057,50 m².

A proposta atende ao interesse público eis que o imóvel a ser doado será destinado ao funcionamento de serviços públicos municipais, tendo em vista que no local já funciona a Câmara Municipal de Imbituva, e ficará gravado com cláusula de inalienabilidade.

Por fim, o presente Projeto de Lei se justifica em razão da exigência de autorização legislativa para a disposição de bens imóveis de propriedade do Estado, conforme o art. 10 da Constituição Estadual do Paraná.

Não obstante, cumpre ressaltar que a medida não acarreta aumento de despesa ou mesmo renúncia de receita, fazendo-se desnecessária a adoção das medidas descritas nos arts. 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e conseqüente aprovação.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 18.187.872-0

I - À DAP para leitura do expediente.
II - À DL para providências.

16 ABR 2023

Presidente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

INFORMAÇÃO Nº 8989/2023

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 18 de abril de 2023** e foi autuada como **Projeto de Lei nº 281/2023 - Mensagem nº 51/2023**.

Curitiba, 18 de abril de 2023.

Camila Brunetta
Mat. 20.373



CAMILA BRUNETTA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 18/04/2023, às 15:56, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **8989** e o
código CRC **1D6D8A1A8F4A4BE**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

INFORMAÇÃO Nº 9007/2023

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 18 de abril de 2023.

Danielle Requião
Mat. 20.626



DANIELLE REQUIAO

Documento assinado eletronicamente em 18/04/2023, às 17:18, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **9007** e o código CRC **1B6B8B1B8F4D9DD**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

DESPACHO - DL Nº 5757/2023

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo



DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 19/04/2023, às 09:13, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **5757** e o código CRC **1A6C8D1B8D5C4BB**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

DOCUMENTO Nº 3557/2023

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 281/2023

Projeto de Lei nº. 281/2023

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 51/2023

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Imbituva, do imóvel que especifica.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem sob nº 51/2023, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Imbituva, do imóvel que especifica.

Na justificativa, o Poder Executivo esclarece que a doação visa atender ao interesse público, eis que o imóvel a ser doado será destinado ao funcionamento de serviços públicos municipais, tendo em vista que no local já funciona a Câmara Municipal de Imbituva

FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, destaque-se que o art. 41 do RIALEP atesta as competências da presente comissão que em suma se concretiza em emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições;

Mencionada a competência desta Comissão para a emissão de pareceres técnicos sobre as proposições, passa-se a analisar os demais elementos necessários.

Quanto à competência para a iniciativa de projetos, verifica-se que o projeto encontra amparo no art. 162, inciso I, §1º do RIALEP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

Seguindo a mesma orientação, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 estabelece regra assemelhada que inclusive delineou a acima citada.

Ressalte-se que o projeto de lei está também em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. *Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ademais o Art. 76, I, “b” da lei n. 14.133/21, preceitua que:

Art. 76. *A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

I – tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas “f”, “g” e “h” deste inciso;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei em comento.

O objetivo do presente Projeto de Lei é a doação de imóvel situado na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Professor Souza Araújo, Centro – Imbituva, objeto da transcrição das transmissões n° 21.164 do Registro de Imóveis de Imbituva, com área de 1.057,50 m².

Deverá ser formalizado Termo de Doação de Imóvel entre Doador e Donatário contendo as condições previstas nesta Lei. A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência responsabilizar-se-á pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

Nesse sentido, se verifica a manutenção da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de não cumprimento dos requisitos previstos no Art. 3º do referido Projeto de Lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Assim, resta evidenciado que o Poder Executivo dá o devido cumprimento às regras constitucionais e legais ao solicitar a autorização do Poder Legislativo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei, tendo em vista sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por preencher os requisitos de Técnica Legislativa.

Curitiba, 25 de abril de 2023

DEPUTADO TIAGO AMARAL

Presidente

DEPUTADO MABEL CANTO

Relatora



DEPUTADA MABEL CANTO

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 14:54, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **3557** e o
código CRC **1D6C8E2E4B4B5DD**